

Nº: 006/2023

LICENÇA PRÉVIA

Data: 23/10/2023

A SEMA - Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Aracaju, no uso das suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 4.594 de 18 de novembro de 2014, expede **Licença Prévia - LP**:

NOME: Antônio Sérgio Ferrari Vargas.

EMPREENDIMENTO: Secretaria Municipal da Infraestrutura - SEMINFRA.

CPF/CNPJ: 13.128.780/0100-83.

ATIVIDADE LICENCIADA: Infraestrutura Micro e Macro drenagem para o Canal Principal (Areia Branca /Mosqueiro) Canais Auxiliares, na Zona de Expansão.

ENDEREÇO DA ATIVIDADE: Estrada real, diversos logradouros, Bairro Zona de Expansão (Areia Branca E Mosqueiro) CEP 49.008-328.

MUNICÍPIO: ARACAJU – SERGIPE

A REALIZAR OS SERVIÇOS E OBRAS NAS SEGUINTE CONDIÇÕES:

1. Esta LICENÇA PRÉVIA verifica a viabilidade ambiental da Infraestrutura Micro e Macro drenagem para o Canal Principal (Areia Branca /Mosqueiro) e Canais Auxiliares, na Zona de Expansão, nesta capital
2. Esta Licença está sendo expedida com base no que prevê o art. 2º e 3º da Legislação Municipal N°4.594/14 e Anexo II da Resolução CMMA 11/21.
3. Esta Licença deverá ser encaminhada para publicação em jornal de grande circulação, em conformidade com a Resolução CONAMA 06/86, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da data de sua emissão, devendo ser encaminhada cópia da publicação à SEMA.
4. A Licença Ambiental emitida por esta secretaria não substitui os alvarás e licenças emitidos por outros órgãos, apenas analisa a sua viabilidade ambiental.
5. O empreendedor deverá manter esta Licença Ambiental em local visível no empreendimento e à disposição da fiscalização ambiental.
6. Esta licença não autoriza a utilização de equipamentos de amplificação sonora no empreendimento, com ou sem apresentações artísticas ao vivo. Para a utilização dos referidos equipamentos, deverá ser obedecida a Lei Municipal nº 2.410/96 e prévia anuência desta secretaria.
7. O empreendedor, em sua atividade, não deverá gerar odor e/ou poluição que causem incômodos ou danos à população circunvizinhança e ao meio ambiente.
8. O empreendedor deverá requerer a Licença de Instalação para o início das obras de implantação do empreendimento.
9. O empreendedor deverá requerer a prorrogação desta licença no prazo de 120 (cento e vinte) dias antes do seu vencimento, o que garantirá o direito à prorrogação automática da licença, caso o requerimento não seja deferido até o final de sua vigência.
10. A empresa somente deverá iniciar as obras da atividade licenciada após a emissão pela Sema da respectiva Licença de instalação, que deverá ser requerida a esta secretaria.

11. Esta licença não autoriza a instalação do empreendimento. O empreendedor somente poderá iniciar as obras pertinentes à implantação do empreendimento (terraplanagem e construção civil), após a emissão, por esta secretaria, da Licença de instalação, que será fundamentada na análise e aprovação do respectivo projeto, conforme legislação ambiental vigente.
12. Por ocasião da solicitação da Licença de Instalação, o empreendedor deverá apresentar à Sema, além daqueles requeridos na Lista de Documentação do Empreendimento, os seguintes documentos e/ou informações.
13. O empreendedor deverá apresentar junto ao pedido de renovação desta licença:
 - Cronograma de obra, atualizado.
14. O empreendedor deverá apresentar acompanhado do pedido de Licença de Instalação:
 - Nota fiscal da realização do serviço de limpeza e manutenção do sistema de esgotamento sanitário da obra, realizados por empresa devidamente licenciada pelo órgão ambiental;
 - Autorização ambiental da empresa responsável pelo serviço de limpeza e manutenção do sistema de esgotamento sanitário da obra;
 - Comprovantes de recolhimento e destinação adequada, feito por empresa legalmente habilitada, dos resíduos perigosos gerados no empreendimento;
 - Relatório circunstanciado do descarte de resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, contendo comprovantes da coleta, transporte e destinação final dos resíduos da construção civil emitidos pela empresa responsável;
 - Autorização/licença ambiental da empresa responsável pela coleta transporte e destinação final dos resíduos sólidos da construção civil;
 - Relatório Ambiental Simplificado (RAS) da área em que o empreendimento será instalado, com anexo ART dos responsáveis técnicos;
 - Projeto do Canteiro de Obras;
 - A concepção do sistema de drenagem de águas pluviais deverá prever operação em conformidade com as diretrizes municipais, de forma a evitar o surgimento de processos físicos ativos (erosão, assoreamento, alagamento e outros) e garantir o fluxo natural das águas. • Autorização de supressão dos indivíduos arbóreos sujeitos a retirada;
 - PGRCC – Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil com anexo ART dos responsáveis técnicos.
15. O projeto do empreendimento deve atender as Normas e Parâmetros aplicáveis disponíveis na Lei Complementar nº 42/2000 PDDU- Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Aracaju e seus anexos.
16. A recuperação de motores, serviços mecânicos dos equipamentos e trocas de óleo deverão ser realizados em locais apropriados, assegurando-se que os resíduos não atinjam a rede de drenagem de águas pluviais.
17. O armazenamento temporário, transporte e destinação dos resíduos da construção civil gerados, deverão ser executados de acordo com Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado.
18. O canteiro de obras deverá ser desativado no término das obras. O local deverá ser recomposto conforme as condições iniciais
19. . Caso o canteiro de obras esteja localizado em local diferente ao da obra, e/ou executar atividades consideradas de médio e alto impacto, deverá ser requerido o Licenciamento Ambiental específico para o canteiro de obras
20. . Os materiais de empréstimo utilizados nas obras deverão ser oriundos de jazidas devidamente licenciadas pelo DNPM

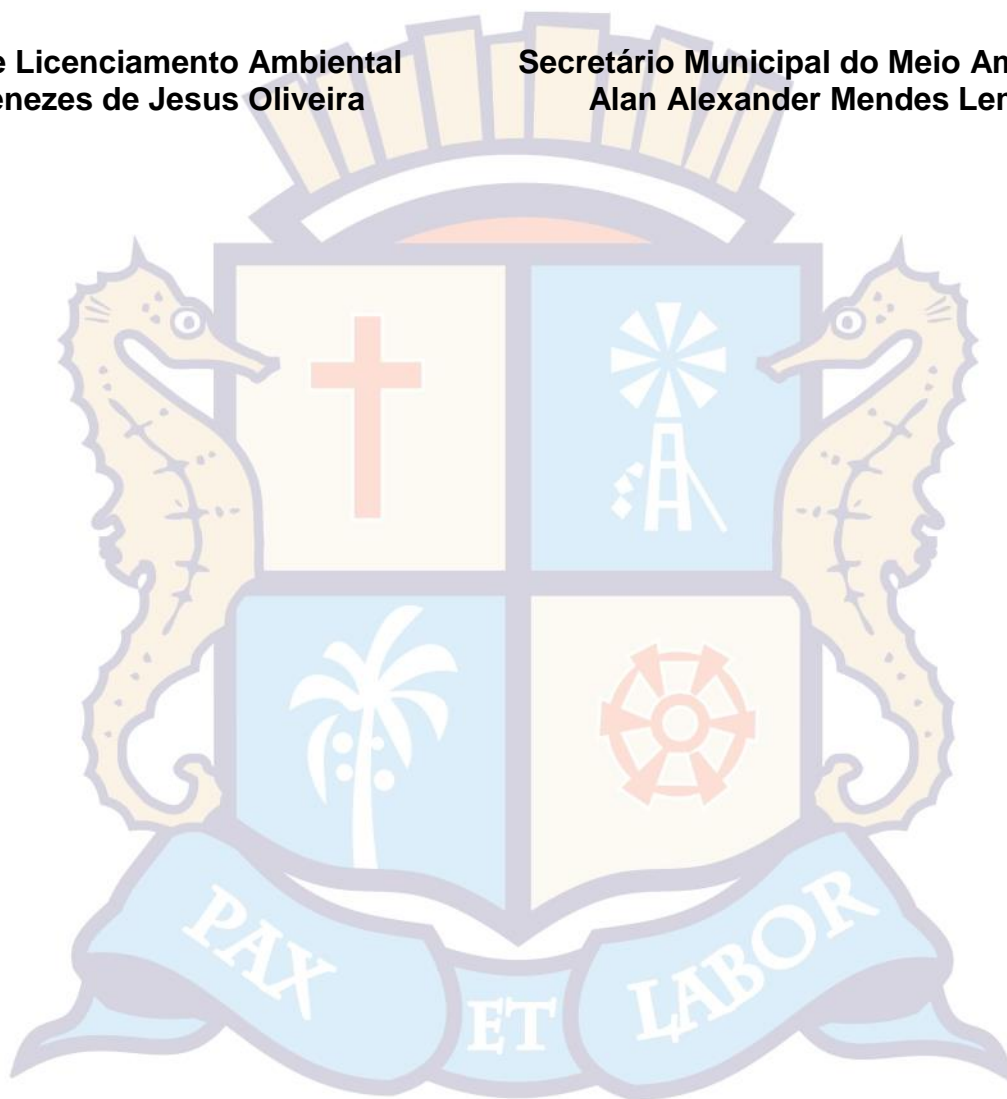
21. 31. A área no entorno da obra deverá ser devidamente sinalizada e o fluxo do tráfego adequadamente desviado, para que não ocorram acidentes.
22. O empreendedor, durante a execução das obras deverá realizar manutenção permanente com aspersão de água, como forma de minimizar a emissão de particulados.
23. O empreendedor deverá orientar os operários a não jogar lixo no entorno do empreendimento.
24. O empreendimento deverá manter adequado o sistema de esgotamento sanitário do canteiro de obras, de maneira que não se perceba odor desagradável, presença de insetos e outros inconvenientes, bem como afastar possibilidades de poluição de quaisquer áreas.
25. Em caso de necessidade de supressão de qualquer indivíduo arbóreo, deverá ser solicitada autorização.
26. A construção deverá ser realizada de acordo com as plantas e projetos apresentados.
27. O sistema de drenagem de águas pluviais deverá ser operado de forma a garantir o fluxo natural das águas e evitar o surgimento de processos físicos ativos (erosão, assoreamento, alagamentos e etc).
28. Os sistemas de drenagens de águas pluviais deverão ser independentes dos sistemas hidrossanitários.
29. O partido urbanístico deverá ser desenvolvido preservando ao máximo do ecossistema local.
30. A área verde do empreendimento deverá ser adensada com espécies características da região de forma a oferecer uma paisagem mais próxima do ambiente natural pré-existente.
31. Esta licença não autoriza a intervenção na área e/ou instalação do empreendimento.
32. Caso seja constatada omissão de informações ou uso de afirmações falsas ou inverídicas nos documentos que subsidiaram a emissão desta Licença, caberá à SEMA :
 - A suspensão imediata da Licença e imposição de multa na forma da legislação ambiental vigente;
 - A denúncia do responsável técnico ao respectivo Conselho de Classe responsabilizando-o conjuntamente ao empreendedor pela multa e demais medidas punitivas;
 - O envio de cópias dos procedimentos adotados para conhecimento do Ministério Público.
33. No caso de desativação, o empreendimento fica obrigado a apresentar plano de encerramento das atividades, a ser aprovado pela SEMA.
34. A empresa responderá civil, penal e administrativamente por danos causados à vida, à saúde e ao meio ambiente em decorrência do uso inadequado desta Licença.
35. Perante à SEMA, a empresa é a responsável pela implementação dos Planos, Programas e Medidas Mitigadoras e por qualquer tipo de acidente (intencional ou ocasional) que venha ocorrer na fase de operação.
36. Esta Licença não exclui a aprovação das operações, procedimentos e instalações de competência do Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e Vigilância Sanitária, assim como, não exclui nem substitui outras Licenças exigidas pelas Legislações Federais, Estaduais e Municipais com jurisdição na área.
37. O descumprimento das condições aqui estabelecidas implicará na aplicação das penalidades previstas na Legislação Ambiental vigente.
38. A SEMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a presente Licença, quando ocorrer:
 - Violação ou inadequação de quaisquer condicionante ou normas legais;

- Omissão ou falsa descrição de informações relevantes apresentadas no Roteiro de Caracterização do empreendimento, bem como no Termo de Responsabilidade Ambiental que subsidiaram a emissão da Licença;
- Superveniência de graves riscos ambientais e de saúde;
- Superveniência de normas técnicas e legais sobre o assunto;
- Denúncia do responsável técnico ao respectivo Conselho de Classe.

ESTA LICENÇA É VALIDA PELO PERÍODO DE 02 (DOIS) ANOS, CONFORME PREVISTO NO ART. 20, INCISO III DA LEI MUNICIPAL 4.594/14, E PROTOCOLO SEMA Nº 99.899/2023 DE 19 DE OUTUBRO DE 2023 E PARECER TÉCNICO 994/2023 DLA SEMA DE 20 DE OUTUBRO DE 2023.

Diretora de Licenciamento Ambiental
Aline Menezes de Jesus Oliveira

Secretário Municipal do Meio Ambiente
Alan Alexander Mendes Lemos





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0E04-A517-C3A4-FBEF

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ALINE MENEZES DE JESUS OLIVEIRA (CPF 035.XXX.XXX-81) em 23/10/2023 11:47:50 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



ALAN ALEXANDER MENDES LEMOS (CPF 222.XXX.XXX-72) em 24/10/2023 12:41:02 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/0E04-A517-C3A4-FBEF>